

Direito e Cidadania Ativa - Núcleo de Cooperativismo e Geração de Emprego e Renda

Área Temática de Trabalho

Resumo

O projeto Direito e Cidadania Ativa. - Núcleo de Cooperativismo e geração de emprego e renda adota um conceito diferenciado de extensão afastando a idéia equivocada de que a universidade pode resolver os problemas da sociedade como detentora do saber, ignorando a sabedoria popular, a realidade vivenciada por grupos sociais que aprendem no seu dia-dia maneiras de driblar situações adversas. As reuniões com os moradores do local e a parceria do grupo de extensão com a associação de moradores do bairro de Itinga (ANISB) nos deram melhor visibilidade à cerca dos problemas que enfrentavam. Uma das principais questões que foram discutidas foi o alto índice de desemprego dos moradores do local e, a partir desta questão, surgiu a idéia de implantação de uma cooperativa de trabalho no bairro de Itinga sendo este o principal foco do núcleo de cooperativismo, a discussão da realização deste projeto e os meios que serão buscados para a conquista da cooperativa de trabalho como uma forma alternativa para a solução do desemprego local, de estimular o Capital Social e permitir uma formação mais humanista para os discentes envolvidos.

Autores

Penildon Silva Filho Coordenador de Extensão da Faculdade Baiana de Ciências, Mestre em Educação

Juliana Salmeiro Gomes Feitosa. Acadêmica do curso de Direito e monitora do núcleo de cooperativismo do grupo de extensão universitária Direito e Cidadania Ativa.

Instituição

Faculdade Baiana de Ciências – FABAC

Palavras-chave: capital social; comunidade; cooperativismo.

Introdução e objetivo

O conceito de extensão esteve por muito tempo ligado ao assistencialismo da comunidade universitária à sociedade ou então a uma visão salvacionista que deveria ser implementada pela universidade para tirar as pessoas que não estivessem nela de uma situação de ignorância e de desconhecimento. Muitas iniciativas foram implementadas, pelas áreas de saúde, de exatas, humanas ou de artes das universidades e por iniciativas interdisciplinares, que marcavam sua opção teórico-metodológica por uma assimetria de poder e de saber, quando a universidade deveria “salvar a comunidade”, ou “prestar um serviço”.

O projeto do grupo Direito e Cidadania Ativa adota o modelo de que a extensão é um conjunto de atividades que engloba o ensino e a pesquisa realizados pela universidade em conjunto com a sociedade para o aperfeiçoamento acadêmico, cultural e científico dessas duas instâncias. Alguns princípios foram estabelecidos aos participantes do grupo durante os encontros realizados semanalmente, mas que depois sempre foram reafirmados ao longo do contato com a comunidade e nas discussões de avaliação. A postura dos alunos e docentes participantes do projeto deveria ser de considerar os saberes da academia tão relevantes quanto os saberes apropriados pelos grupos sociais da comunidade com a qual se estabeleceria uma relação. A comunidade da Faculdade Baiana de Ciências (FABAC) seria tão beneficiada pelo contato com a sociedade quanto vice-versa, porque o contato com a

realidade social concreta e seus dilemas, problemas e potencialidades aciona uma percepção do mundo que complementa a formação adquirida em sala de aula, ao mesmo tempo em que permite o estabelecimento de correlações entre saberes acadêmicos e a realidade social, suscita e estimula a atitude de pesquisa dos estudantes, que devem procurar informações e conhecimentos que não são repassados em sala de aula, mas que são prioritários para a relação com a sociedade. A formação de uma ética e de uma postura frente à realidade por parte dos estudantes é uma conquista para uma formação mais humanista e comprometida com a justiça social, e essa formação é proporcionada pela prática extensionista. Essa ética e postura devem contemplar o respeito ao próximo e o respeito às diferenças, que não podem ser confundidas com desigualdades e iniquidades, o compromisso com a superação das desigualdades sociais, a promoção da justiça e a busca do estímulo à cidadania ativa como pré-requisito básico para a conquista de direitos civis, políticos e sociais. Essa postura se contrapõe à postura colonizadora e dominadora, que estabelece apenas uma concepção de sociedade, de cultura e de saber da Universidade que deve se sobrepor aos outros saberes, que deu sustentação à universidade como aparelho de Estado e ideológico comprometido com a reprodução social.

A nossa concepção de extensão também se contrapõe à visão de educação superior voltada exclusivamente para a qualificação profissional tecnicista e sem um caráter de educação geral. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9394/96) estabelece que entre as funções da educação superior está o desenvolvimento do espírito crítico e investigativo e a formação do cidadão para atuar na sociedade de forma comprometida com a justiça, e a manutenção de excelência acadêmica que permita ao aluno o contato com a produção acadêmica, científica e tecnológica do mundo contemporâneo.

O projeto Direito e Cidadania Ativa. - Núcleo de Cooperativismo e geração de emprego e renda tem como seu objetivo proporcionar essa formação para o estudante universitário e estimular a constituição de alternativas de economia solidária. Essas alternativas cumprem o papel de não somente gerar oportunidade de renda para as pessoas, mas criar uma prática social que contribua para o fortalecimento do Capital Social. O conceito de Capital Social, trabalhado por Pierre Bourdieu, Robert Putnam e outros, estabelece que os laços sociais de reciprocidade e solidariedade que formam a amálgama das trocas sociais (dar, receber e retribuir), são essenciais para o desenvolvimento econômico, o fortalecimento das instituições e o progresso social. Podemos afirmar, então, que o Capital Social (CS) seria mais forte com uma reciprocidade generalizada, onde os indivíduos trocam, tanto no campo econômico quanto social, institucional e político, com alto grau de confiança, tanto confiança em outros indivíduos, quanto nas instituições. Os estudos de Putnam indicaram que o maior desenvolvimento do Norte da Itália em relação ao Sul daquele mesmo país se deveu a um diferencial no CS, pois no Sul não havia suficiente confiança sistêmica e reciprocidade generalizada para permitir cooperação entre os indivíduos, arranjos produtivos e participação coletiva que lhes permitissem resolver os problemas coletivos. Com maior capital social, no Norte havia maior “engajamento cívico”, participação nos espaços coletivos, capacidade de trabalhar em grupo, atenção ao “bem comum”. Com menor CS, há maior dificuldade de engajamento dos indivíduos na vida social coletiva, nas instituições, na participação cívica voltada aos interesses da coletividade, e, por conseguinte, maior dificuldade de desenvolvimento econômico, que é dependente da confiança que existe numa sociedade e que pode sedimentar e cimentar as relações sociais e institucionais.

O desenvolvimento de cooperativas, de instituições de crédito popular e mútuo, de associações e de empreendimentos de forma geral depende da qualificação das pessoas, do maior nível educacional, e também do maior engajamento cívico, e do CS. Por outro lado, o trabalho de constituição desses empreendimentos permite a criação ou fortalecimento desses mesmos elementos, o que pode contribuir para o crescimento do Capital Social, a longo prazo,

e para o fortalecimento de uma sociedade civil mais ativa e engajada, o que está na base do desenvolvimento de sociedades mais equilibradas, com desenvolvimento da economia aliado ao desenvolvimento social e ao fortalecimento da democracia.

Nesse sentido o projeto de extensão Direito e Cidadania Ativa. - Núcleo de Cooperativismo e geração de emprego e renda ao ter o interesse em permitir uma prática de aprendizado e formação social e cidadã dos estudantes numa iniciativa de economia solidária que pretende estimular o fortalecimento da reciprocidade social, da solidariedade e do capital social, mudando a cultura cívica no longo prazo, abre também a possibilidade de pesquisa sobre esses conceitos e sobre a aplicação desses conceitos no objeto empírico que é a realidade social da comunidade que está desenvolvendo a cooperativa.

Metodologia

O Bairro de Itinga pertence ao município de Lauro de Freitas, Bahia, e faz divisa com Salvador. A população de Lauro de Freitas é de aproximadamente 80 mil habitantes, e o contingente populacional de Itinga é de 35 mil habitantes. Trata-se de um bairro de caráter quase “dormitório”, com alguns moradores trabalhando o dia todo em Salvador e outros municípios da Região Metropolitana de Salvador, e que tem uma alta taxa de desemprego, subemprego e economia informal. A escolha de trabalhar nesse bairro se deu pela prioridade da FABAC em trabalhar no município de Lauro de Freitas junto à sua comunidade e na expectativa de termos uma organização local atuante e autônoma para que realizássemos um trabalho de caráter extensionista, e não assistencialista, o que muitas vezes pode ser difícil de realizar pelo nível de pobreza no local e tradição paternalista e assistencialista da cultura política brasileira.

A Associação de Moradores de Nova Itinga e Santa Bárbara (ANISB) já existia antes da nossa chegada, e é ligada à Central de Movimentos Populares (CMP), que coordena no Brasil reivindicações por moradia, infra-estrutura urbana e direitos sociais básicos, como saúde, educação, habitação, segurança e outros. A associação tem sede própria, que é o local onde realizamos as reuniões com a comunidade desde o mês de abril de 2003, trata-se de uma casa com capacidade para cerca de 30 pessoas, cedida pela Igreja Católica no bairro. Seu cadastro de filiados conta com 320 adesões, conseguidas após trabalho de visita às casas dos moradores e de um processo de convencimento.

A ANISB concordou em estabelecer uma parceria com a FABAC no projeto de extensão por compreender que a atuação de nossos discentes e docentes poderia potencializar a ação social e reivindicatória da associação, disponibilizando conhecimentos e realizando atividades que contribuíssem para o fortalecimento da representatividade da mesma. A relação com essa associação foi fundamental para o entendimento dos participantes do projeto de que a comunidade tem suas próprias formas de luta e de conquista, tem suas iniciativas, e a partir das reuniões conjuntas foram formados os núcleos de atuação com representantes da comunidade e não mais somente com os alunos. Assim, os núcleos de Direito e Saúde, Cooperativismo e Estatuto da Cidade foram formados por discentes da FABAC e por membros da diretoria da ANISB. A primeira consequência da organização dos núcleos foi o início das atividades de pesquisa, o que confirmou nosso objetivo inicial de que as atividades de extensão não fossem dissociadas das atividades de pesquisa e de ensino, e que elas contribuíssem para a formação humanística e acadêmica dos estudantes.

A pesquisa empreendida em conjunto com a comunidade foi para identificar interesses e demandas que poderiam ser trabalhadas conjuntamente pelos membros da comunidade e pelos discentes e docentes da FABAC. Devido às características da comunidade descritas acima, com um alto grau de exclusão do mercado formal de trabalho, desemprego muito alto também, condições de moradia precárias e violência, uma demanda principal identificada foi a geração de renda para as famílias. Nessa comunidade há uma participação maior das

mulheres nas atividades associativas, na ANISB, na Pastoral da Criança, na Igreja Católica e em eventos da comunidade. A partir dessa rede de relações, se percebeu que já havia na comunidade um grupo de mulheres que tinha e têm a atividade de costura, exercida dentro de casa, com máquinas de pequeno porte, e que já costuravam para vender em pouca quantidade. A partir da discussão sobre os princípios do cooperativismo e da sensibilização sobre a necessidade de uma atividade econômica conjunta, coletiva, um grupo de cinquenta mulheres amadureceu a idéia de formar uma cooperativa de costureiras.

Contribuiu muito para isso a visita feita na comunidade de uma cooperativa de costureiras já formada, através de uma iniciativa do próprio projeto de extensão, a Cooperativa de Costureiras do Parque São Bartolomeu, que já tem sede maquinário, produção clientes e uma loja em um shopping center da cidade de Salvador. A partir da sensibilização, agendamos um calendário que envolveu alguns itens: a qualificação profissional, as reuniões para discussão do estatuto, as visitas à Cooperativa do Parque São Bartolomeu e as reuniões para definição dos destinos dessa proto-cooperativa de Itinga. A qualificação profissional foi conseguida através de uma parceria com o SEBRAE, que tem sede na região do Litoral Norte da Bahia, através de cursos sobre o que é cooperativismo, costura industrial, organização de vendas e marketing. As reuniões para discussão do estatuto foram organizadas conjuntamente com a comunidade trabalhamos a partir do modelo de estatuto da Organização das Cooperativas do Brasil. O debate sobre esse modelo possibilitou a discussão sobre os valores do cooperativismo, que envolviam a ajuda mútua, a co-responsabilidade pelo empreendimento, a relação de trabalho sem hierarquia ou ganhos de lucro por uma parte dos cooperados, e o empreendimento cooperativo precisa para se viabilizar de confiança, comprometimento, alternância na direção da cooperativa, solidariedade e preocupação com a comunidade na qual está inserida, além de estimular a cooperação entre as próprias cooperativas. As reuniões para definição dos destinos do grupo estão ainda em andamento, com a definição da estratégia de início da produção para encomendas, busca de fontes de financiamento junto ao governo federal e de parcerias para o andamento das atividades.

Resultados e discussão

É possível identificar vários resultados da atividade de extensão a primeira é o esforço de pesquisa empreendido pelos alunos participantes do projeto para conhecer o cooperativismo e a economia solidária, o que lhes beneficia com um aumento de conhecimento acadêmico ao mesmo tempo em que eles contribuem com as discussões na comunidade. Essas pesquisas têm sido realizadas através da metodologia da pesquisa bibliográfica, documental e eletrônica e de busca de fontes primárias de pesquisa que são os atores sociais envolvidos com esses fenômenos, que são entrevistados ou procurados para dar palestras para a comunidade e para nossos alunos e docentes. Alguns exemplos dessas instituições acionadas para entrevistas e palestras são: a Federação das Cooperativas de Trabalho (FETRABALHO), o SEBRAE de Lauro de Freitas e a Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego.

O estabelecimento de parcerias para viabilização da extensão foi outra consequência dessa vertente da pesquisa, com o início da construção de uma rede que permite a efetivação dos nossos objetivos. A criação de condições de geração de emprego e renda em Itinga nos fez acionar o SEBRAE de Lauro de Freitas, que demonstrou interesse em nos ajudar a criar a cooperativa de trabalho que a comunidade indicou potencialidade local para desenvolver. Para dar início à nossa trajetória, essa parceria com o SEBRAE foi efetivada através de palestras para o esclarecimento sobre o cooperativismo para a comunidade e para os estudantes aprimorando assim os conhecimentos adquiridos através da pesquisa e o estudo da lei 5.764/71 que versa sobre a política nacional do cooperativismo. A realização de seminários foi essencial para melhor apresentação da concepção do cooperativismo, e o debate com outras

cooperativas já formadas também, foi muito importante para esclarecermos dúvidas e aprendermos com a experiência de pessoas que buscam através do cooperativismo uma forma alternativa de geração de renda.

O interesse dos moradores do bairro de Itinga foi a principal motivação para a realização das palestras, seminários e discussões, e o trabalho realizado em parceria com a comunidade nos dá uma melhor visão dos procedimentos que devem ser seguidos, com os próprios moradores colocando em pauta os problemas que eles vivenciam. Essas pessoas encontram na forma cooperativista uma maneira de se organizarem em grupo e trabalharem de acordo com os ideais cooperativistas que visam uma integração de trabalhadores em busca da divisão igualitária da renda em uma organização de ajuda mútua. Já há a percepção dos moradores de Itinga que estão participando do projeto de que os trabalhadores do sistema cooperativista se obrigam reciprocamente a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum. O que é mais destacado entre os moradores interessados em compor a cooperativa de trabalho é o fato de que as cooperativas são compostas por associados que desempenham, ao mesmo tempo o papel de proprietários do seu “negócio”, pois todos são responsáveis pelos gastos na realização do trabalho que é oferecido ao mercado e também pela renda de forma proporcional ao seu trabalho. Esta prerrogativa gera um alto grau de fidelidade e integração dos trabalhadores envolvidos com a cooperativa. Os moradores de Itinga se interessaram pela proposta de implantação de uma cooperativa não só para a resolução do desemprego local, mas também por causa da identificação com os princípios do cooperativismo que estão intimamente ligados à formação de uma entidade democrática, pois a adesão de seus associados é livre e voluntária, a gestão de seus membros é de forma democrática, a participação econômica tem que ser realizada por todos os membros, a cooperativa goza de autonomia e independência, auxilia através de cursos profissionalizantes na educação, formação e informação de seus trabalhadores, existe a cooperação entre cooperativas e o interesse pela comunidade.

Esses princípios são muito similares àqueles dos movimentos sociais em que várias lideranças já participam, como da CMP, que promove hoje, na região metropolitana de Salvador, mobilizações pela moradia e por serviços urbanos básicos. É possível identificar que a extensão foi viabilizada pelo fato de já haver na comunidade uma experiência anterior de mobilização e uma cultura política de cidadania ativa. Mesmo que não seja hegemônica e que não coloque em movimento a maior parte dos moradores, a presença na associação de moradores de um conjunto de lideranças que já tinha uma prática reivindicativa pelo direito à regularização da posse da terra e de outros serviços, que trabalhavam num sistema de representação de interesses, com eleições regulares da diretoria e inclusive alternância de lideranças à frente da entidade, criaram as condições mínimas para o florescimento de outras iniciativas coletivas de caráter associativo.

Por outro lado, os relatos dessas mesmas lideranças indicam que o esforço empreendido para a formação dessa cooperativa aproximou mais pessoas da comunidade e credibilizou as mesmas lideranças no trabalho comunitário, que nos agradou muito, na medida em que o nosso interesse inicial era mesmo estimular as atividades associativas com objetivo no longo prazo de fortalecer o Capital Social, através da intensificação das relações sociais de solidariedade e confiança, e nunca realizar ações de assistencialismo que apenas fortalecem os laços de dependência, servidão e fisiologismo na comunidade.

Conclusões

A organização da cooperativa de Itinga despertou o interesse de mulheres da comunidade que hoje formam um grupo de costureiras, que se reúnem para a capacitação dos cursos oferecidos pelo Sebrae, procuram mais pessoas para a produção da cooperativa e atualmente discutem o estatuto da cooperativa formulado com base na lei 5.764/71, que define

a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. Os debates e as parcerias tiveram o papel estratégico e insubstituível de apoiar o nosso projeto de criação da cooperativa no bairro de Itinga. As parcerias estabelecidas no nosso projeto fazem a diferença, estimulando, intensificando e mudando a visão sobre a geração de renda e emprego a que estamos acostumados, que era maçada pela relação celetista ou do subemprego no mercado informal, apresentando uma opção que descortina a possibilidade da autogestão dos trabalhadores e de sua progressiva responsabilização dos destinos do empreendimento, dando assim aos moradores de Itinga oportunidade de pensarem em soluções para o problema do desemprego local, através de alternativas eficientes. Essa prática - esse é o nosso interesse e isso vem sendo alcançado paulatinamente - pretende estimular essa postura de autonomia, compreensão da realidade, senso crítica frente à realidade, permanente educação e qualificação profissional, o que significa o fortalecimento da sociedade civil por outro lado.

Como no Brasil o emprego formal responde hoje por menos da metade dos trabalhadores ocupados e o sindicalismo, segundo dados da Central Única dos Trabalhadores (CUT), representa apenas dez por cento desse contingente, os trabalhadores não dispõem de espaços de socialização, de fortalecimento dos laços sociais, de engajamento de atividades produtivas, ou associativas ou coletivas. A economia solidária, e as cooperativas são uma modalidade dessa economia, pretende estimular essas práticas, como na definição de Paul Singer, que hoje ocupa a coordenação da Secretaria de Economia Solidária, de realizar atividades econômicas com uma prática democrática de gestão.

Referências bibliográficas

BRASIL/MEC. **I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão de Universidades Públicas**. Brasília, 1987.(mimeo).

BRASIL/MEC/UFRN. **XIII Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste**. Documento Final. Natal, 1994.

Fleury, Maria de Fátima Pacheco. **A Ideologia do Desenvolvimento e as Universidades do Trabalho em Minas Gerais** (Tese de Doutorado). Campinas/SP, Universidade Estadual de Campinas, 1990.

Limoeiro Cardoso, Miriam. **Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: JK - JQ**. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Rocha, Roberto Mauro Gurgel. As oito teses equivocadas sobre a extensão universitária. In: **A Universidade e o Desenvolvimento Regional**, Fortaleza: Edições UFC, 1980, p. 216/244.

Rocha, Roberto Mauro Gurgel. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez/Autores Associados. UFCE, 1986.

Silva, Sílvia Carlos Fernandes. **Extensão universitária como trabalho social**. Relatório de Pesquisa/PIBIC/IFPB, João Pessoa, 2000.

MISI COSTA, Márcia. **Cooperativas de trabalho**. São Paulo: LTR, 2001.

HOLZMANN, Lorena. **Operários sem patrão**. São Carlos: UFSCAR, 2001

Brasil. **Lei n.5.764**, de 16 de Dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências.